

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2506578220191007101537

Processo 0800434-16.2019.8.23.0020 ☆ - (164 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais		Informações Adicionais		Partes		Movimentações		Apensamentos (0)		Vínculos (0)		
Realces												
Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência												
Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória												
Filtros												
Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor de Justiça <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor												
Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/>												
Descrição: <input type="text"/>												
37 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 37										500 por pág.		1
Seq.	Data	Evento						Movimentado Por				
<input type="checkbox"/>	37	07/10/2019 10:15:37	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (19/09/2019)						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador			
		37.1 Arquivo: Petição		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,		2594482ELABORAR MANIFESTACAO SOBRE DOCS02.pdf		Público				
		37.2 Arquivo: COPIA		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,		2594482ELABORAR MANIFESTACAO SOBRE DOCSAnexo02.pdf		Público				
	36	05/10/2019 00:10:01	DECORRIDO PRAZO DE PERITO VITOR PARACAT SANTIAGO (Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO *Referente ao evento (seq. 26) EXPEDIÇÃO DE E-MAIL(01/08/2019) e ao evento de expedição seq. 28.						SISTEMA CNJ			
	35	28/09/2019 09:20:28	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 30/09/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 30) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (19/09/2019) e ao evento de expedição seq. 31.						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador			
<input type="checkbox"/>	34	24/09/2019 16:39:03	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (19/09/2019)						Thiago Amorim Dos Santos Advogado			
	33	23/09/2019 15:29:16	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EUGENE BREVES LUMELINO) em 23/09/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 30) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (19/09/2019) e ao evento de expedição seq. 32.						Thiago Amorim Dos Santos Advogado			
	32	23/09/2019 14:32:19	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EUGENE BREVES LUMELINO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (19/09/2019)						Leidson da Silva Analista Judiciário			
	31	23/09/2019 14:32:19	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (19/09/2019)						Leidson da Silva Analista Judiciário			
<input type="checkbox"/>	30	19/09/2019 10:08:21	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo Perito VITOR PARACAT SANTIAGO) em 19/09/2019 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 26) EXPEDIÇÃO DE E-MAIL (01/08/2019) e ao evento de expedição seq. 28.						VITOR PARACAT SANTIAGO Perito			
	29	19/09/2019 10:06:16	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE E-MAIL (01/08/2019)						VITOR PARACAT SANTIAGO Perito			
	28	19/09/2019 09:36:25	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: VITOR PARACAT SANTIAGO habilitado até 18/12/2019 (90 dias)						WALTERLON AZEVEDO TERTULINO Analista Judiciário			
<input type="checkbox"/>	27	19/09/2019 09:36:07	EXPEDIÇÃO DE E-MAIL Referente ao evento (seq. 25) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(31/07/2019 17:58:52). Identificador do Cumprimento: 0003.						WALTERLON AZEVEDO TERTULINO Analista Judiciário			
<input type="checkbox"/>	26	01/08/2019 15:25:13	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE						Leidson da Silva Analista Judiciário			
<input type="checkbox"/>	25	31/07/2019 17:58:52	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE CONCLUSOS PARA DECISÃO Responsável: PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS						PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS Magistrado			
<input type="checkbox"/>	24	31/07/2019 11:11:13	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE CONCLUSOS PARA DECISÃO Responsável: PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador			
<input type="checkbox"/>	23	29/07/2019 10:54:00	JUNTADA DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE CERTIFICAR APRESENTAÇÃO DE DEFESA (05/07/2019)						Leidson da Silva Analista Judiciário			
<input type="checkbox"/>	22	26/07/2019 15:04:37	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (05/07/2019)						Thiago Amorim Dos Santos Advogado			
<input type="checkbox"/>	21	24/07/2019 16:32:03	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (05/07/2019)						Thiago Amorim Dos Santos Advogado			
<input type="checkbox"/>	20	15/07/2019 17:51:11	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 05/07/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 14) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (05/07/2019) e ao evento de expedição seq. 15.						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador			
	19	05/07/2019 14:07:24	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EUGENE BREVES LUMELINO) em 05/07/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 12) EXPEDIÇÃO DE CERTIFICAR APRESENTAÇÃO DE DEFESA (05/07/2019) e ao evento de expedição seq. 13.						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador			
	18	05/07/2019 11:52:45	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EUGENE BREVES LUMELINO) em 05/07/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 14) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (05/07/2019) e ao evento de expedição seq. 16.						Thiago Amorim Dos Santos Advogado			
	17	05/07/2019 11:52:44	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EUGENE BREVES LUMELINO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (05/07/2019)						Thiago Amorim Dos Santos Advogado			
	16	05/07/2019 10:25:46	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (05/07/2019)						Leidson da Silva Analista Judiciário			
	15	05/07/2019 10:25:46	EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO Referente ao evento (seq. 11) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (04/07/2019 15:24:49). Identificador do Cumprimento: 0002.						Leidson da Silva Analista Judiciário			
<input type="checkbox"/>	14	05/07/2019 10:23:23	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EUGENE BREVES LUMELINO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE CERTIFICAR APRESENTAÇÃO DE DEFESA (05/07/2019)						Leidson da Silva Analista Judiciário			
<input type="checkbox"/>	13	05/07/2019 09:40:00	EXPEDIÇÃO DE CERTIFICAR APRESENTAÇÃO DE DEFESA Referente ao evento (seq. 11) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (04/07/2019 15:24:49). Identificador do Cumprimento: 0001.						Leidson da Silva Analista Judiciário			
<input type="checkbox"/>	12	05/07/2019 09:39:45	DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL Responsável: PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS						PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS Magistrado			
<input type="checkbox"/>	11	04/07/2019 15:24:49	ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL Responsável: RAFAELLA HOLANDA SILVEIRA						Leidson da Silva Analista Judiciário			
	10	04/07/2019 15:02:40	ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL Responsável: EVALDO JORGE LEITE						HYAN GUILHEME MARQUES Estagiário			
<input type="checkbox"/>	9	10/06/2019 17:39:43	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL Responsável: PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS						SANDRA MARIA CONCEICAO DOS SANTOS Analista Judiciário			
	8	05/06/2019 17:31:31	ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL Responsável: PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS						JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador			
	7	20/05/2019 10:07:35	ALTERADO RESPONSÁVEL PELA CONCLUSÃO PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL Responsável: PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS						Jara de Almeida Albuquerque Analista Judiciário			
	6	09/05/2019 09:53:02	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL						SISTEMA CNJ			
	5	25/04/2019 18:18:31	RECEBIDOS OS AUTOS						SISTEMA CNJ			
	4	25/04/2019 18:18:31	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR						SISTEMA CNJ			
	3	25/04/2019 18:18:31	Registro de Distribuição.						SISTEMA CNJ			



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARACARAI/RR

Processo: 08004341620198230020

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EUGENE BREVES LUMELINO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

DA INDENIZAÇÃO JÁ RECEBIDAO EM RAZÃO DE SINISTRO DIVERSO

A fim de dar ciência a este juízo das indenizações já recebidas relativas ao seguro, informa que o autor, já recebeu o total de R\$ 9.736,87 (nove mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos), em razão de sinistro ocorrido em 29/05/2011.

Deste total, R\$ 2.362.50 em sede administrativa (regulação nº 2011443492), por invalidez de 25% do MEMBRO SUPERIOR DIREITO, e mais R\$ 7.437,87 nos autos do processo nº 0715890-72.2012.8.23.0010, após o laudo indicar invalidez de 75% do MEMBRO SUPERIOR DIRETEO E 25% DO PÉ DIREITO.

Deste modo, em que pese tais lesões não possuírem nexos com o acidente em tela, evidente que as indenizações recebidas deverão ser considerados caso laudo produzido nestes autos venha a apresentar invalidez correspondente, cabendo observar, ainda, que o teto legal estabelecido é de R\$ 13.500,00, de modo que eventual indenização não poderá ser superior à diferença do somatório das indenizações recebidas e o limite informado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
CARACARAI, 3 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

3ª Vara Cível

Processo 0715890-72.2012.8.23.0010
Comarca: BOA VISTA

Data de Autuação: 26/07/2012 **Situação:** Público

Classe Processual: 22 - Procedimento Sumário

Assunto Principal: 10435 - Acidente de Trânsito

Data Distribuição: 26/07/2012 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática

Parte(s) do Processo
Tipo: Promovente

Nome: EUGENE BREVES LUMELINO

Data de Nascimento: Não cadastrada **RG:** 221779 SSP/RR **CPF/CNPJ:** 744.719.962-15

Advogado(s) da Parte

484NRR PATRIZIA APARECIDA ALVES DA ROCHA

Tipo: Promovido

Nome: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Data de Nascimento: Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04

Advogado(s) da Parte

3592AAC ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE BOA VISTA – RR.

EUGENE BREVES LUMELINO, Brasileiro, solteiro, mecânico, portador do RG n. 221779 SSP/RR, inscrito no CPF sob o nº 774.719.962-15, residente e domiciliado na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 4317-A, Bairro Mecejana, Boa Vista – RR, vem, respeitosamente à Ilustre presença de V. Exa., por sua Advogada *in fine* assinado, *ut* instrumento procuratório anexo, interpor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT
c/c DANOS MORAIS**

em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede localizada na Rua Senador Santos, nº 74, 5º andar, Bairro Centro – Rio de Janeiro – RJ, pelas razões de fato e de direito que passa a expor a seguir:

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor preenche os requisitos legais para a obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos das Leis n.º. 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a pela Lei n.º 7.510/86, requerendo, portanto, sejam-lhe concedidos os aludidos benefícios, tendo em vista sua condição de hipossuficiência, conforme declaração anexa.

2. DOS FATOS

O Autor, em 29 de maio de 2011, sofreu debilidade permanente do membro superior direito, limitação dos movimentos de rotação flexão adução e abdução do ombro direito devido a fratura terço superior do osso úmero direito e terço distal da clavícula direita, em decorrência de acidente de trânsito ocorrido nesta Cidade, conforme comprovam os



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

documentos acostados (seguem anexo cópias do laudo pericial do IML, Boletim de Ocorrência e laudo médico).

Assim, o Requerente apresentou toda a documentação necessária junto à Seguradora Ré, para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, haja vista que as seqüelas decorrentes do acidente causaram debilidade e deformidade, resultando invalidez permanente.

Destarte, considerando que o acidente ocorreu após a entrada em vigor da Lei 11.482/2007 – que passou a regulamentar o valor securitário dos acidentes ocorridos a partir de 31/05/2007 –, o valor limite da indenização é de R\$ **13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Entretanto, apesar de reconhecer sua obrigação de indenizar o Autor, a Ré aproveitou-se do desconhecimento do mesmo em relação ao real valor que lhe era devido para, em 16/07/2012, efetuar o pagamento da quantia de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, ou seja, valor consideravelmente menor que o devido, desrespeitando assim os ditames legais e, lesando o Postulante no momento em que ele mais necessitava de auxílio, conforme ratificam os documentos acostados.

Eis sucintamente os fatos.

3. DO DIREITO

A Lei 11.482/2007 que revogou em parte a Lei 6.194/74 prevê que, em casos de invalidez permanente, o limite do valor da indenização é de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos o que diz o seu art. 8º:

Art. 8º - Os arts. 3o, 4o, 5o e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3o Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

...

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR)

Vislumbra-se, pois, o bastante fundamento do presente pleito de cobrança, devendo a Ré ser condenada a pagar a Autora, a diferença entre o valor indenizado e



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

o valor devido, o que corresponde atualmente a **R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme preceitua a Legislação vigente.

Destaque-se que, o simples fato do Demandante ter recebido a quantia dita anteriormente, não implica em renúncia ao direito de postular a complementação, tampouco gera adimplemento da obrigação por parte da Demandada, especialmente porque é notória a má-fé com que esta agiu quando da parcial indenização.

A jurisprudência dominante é uníssona neste sentido, senão vejamos:

"CIVIL - INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ATROPELAMENTO - INCAPACIDADE PERMANENTE - COMPROVAÇÃO.

Configurada de modo efetivo, consistente, a invalidez permanente, ainda que parcial, faz jus a vítima atropelada ao seguro obrigatório - DPVAT, em face aos danos causados por veículo automotor.

Inteligência do artigo 2º da Lei nº 6.194/74, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.441/92, que não traz distinção quanto à espécie de invalidez." (Apelação Cível nº 44.135/97, Relator o eminente Desembargador DÁCIO VIEIRA, Diário da Justiça de 12.08.97, folhas 107/113).

Insta, ainda, dizer que, o valor pleiteado nesta ação é Direito Adquirido do Autor (CF, art. 5º, XXXVI) e que, somente não se integralizou ao seu patrimônio por culpa única e exclusiva da Ré, que agindo com flagrante má-fé, locupletou-se ilicitamente.

Frise-se, por fim que, negar ao Autor o direito de perceber o valor do seguro pelo infortúnio sofrido, seria premiar e incentivar a empresa Ré a postergar e negar o pagamento dos valores devidos, reconhecendo-se, por fim, o aumento do vasto patrimônio da seguradora, de forma ilícita e aviltante, em detrimento da vítima, então beneficiária.

3.1 DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI nº 11.945/09 - IMPOSSIBILIDADE DA INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO.

O art. 31 da lei 11.945/09, que alterou a redação do § 1º e seguintes do art. 3º da lei 6.194/74, estabelece que os casos de invalidez permanente previstos no inciso II deste artigo, classificam-se em invalidez permanente total ou invalidez permanente parcial.

O mesmo diploma legal definiu que a invalidez permanente parcial é classificada em completa e incompleta, em razão da extensão das perdas anatômicas ou funcionais da vítima, e que serão apuradas com a realização do exame pericial médico.

Determina, ainda, que a invalidez permanente parcial incompleta deverá ser enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da lei nº 6.194/74, tabela que foi incluída nesta lei por meio da lei nº



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

11.945/09, devendo o valor da indenização respeitar o percentual estabelecido na referida tabela, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) quando se tratar de perdas de repercussão intensa, de 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, de 25% (vinte e cinco por cento) para as sequelas de leve repercussão, e de 10% (dez por cento) nos casos de sequelas residuais.

Em outras palavras, o que a lei nº 11.495/09 quer dizer é que se uma pessoa teve uma perda funcional parcial completa do joelho, por exemplo, terá direito a uma indenização correspondente a 25% do valor máximo previsto na lei (R\$ 13.500,00), conforme estabelece a tabela, o que representaria o valor de R\$ 3.375,00, porém, se a perda funcional parcial for incompleta e de natureza grave, deverá receber apenas 75% dos 25% previsto na tabela, ou seja, R\$ 2.531,25; se for de natureza média receberá 50% dos 25% previsto na tabela, se de natureza leve receberá 25% dos 25% previsto na tabela, e se resultar seqüelas residuais deverá receber apenas 10% dos 25% estabelecido na tabela, ou seja, R\$ 337,50.

Assim, estamos diante da “fração da fração”, o que por si, prejudica demasiadamente os direitos do Autor, visto que, mesmo sendo detentor do direito ao Seguro DPVAT, ainda assim viu-se desamparado no momento em que mais necessitava de auxílio.

3.2. DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI nº 11.945/09.

Os artigos 6º e 7º da LC nº 95/98 estabelece que o preâmbulo do projeto/Medida provisória que está em vias de aprovação, indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal, bem como o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, fazendo expressa menção que: “a Lei não conterà matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão”, vejamos:

“ Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão”;

A lei nº 11.945/09 é decorrente da medida provisória nº 451/2008, que tratava da alteração da tabela de alíquota do imposto de renda, conforme estabelecia o seu preâmbulo, de forma que a inclusão de última hora da matéria relativa ao seguro DPVAT não poderia ter sido inserida na mesma medida provisória, por afrontar o disposto na LC nº 95/98 que prevê que a MP ou projeto que trate de matérias diversas e não conexa deverão estar em MP/Projetos distintos.

A forma como a MP 451/2008 foi editada e consequentemente transformada na lei nº 11.945/09, possibilitou, maliciosamente, que a matéria relativa às



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

alterações no valor da indenização do seguro DPVAT, que interessava apenas ao poderoso grupo econômico das Seguradoras, pegasse “carona” na medida provisória que tratava do imposto de renda, aproveitando-se assim da urgência daquela matéria que estava sendo discutida no legislativo federal.

Portanto, clara a inconstitucionalidade formal da nova redação dada ao artigo 3º da Lei 6.194/74, e da tabela que gradua o valor da indenização, uma vez que na elaboração da medida provisória nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, não foi observada à lei Complementar nº 95/98.

3.3 DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI nº 11.945/09.

A MP nº 451/2008, convertida na lei nº 11.945/2009, que alterou a lei nº 6.194/1974, desampara as vítimas de acidente de trânsito, e pior, ofende a dignidade destas ao “lotear” o corpo humano, estabelecendo, valores ínfimos para as partes do corpo, por exemplo: de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) em caso de debilidade permanente no dedo, pois determina que o lesionado poderá receber apenas 25% dos 25% previsto para aquele membro.

Ora, se pagar 25% de 13.500,00 para perda de um membro já é um absurdo, imagina pagar 10% dos 25% como determinar a lei nº 11.945/09.

A MP nº 451/2008, transformada na lei nº 11.945/2009 veio LEGITIMAR O INTERESSE DAS SEGURADORAS, uma vez que as mesmas nunca pagaram, via administrativa, o valor integral previsto no art. 3º, alínea “b” da Lei nº 6.194/74, que muito antes da aprovação do referido diploma legal já aplicava abusivamente uma tabela de cálculo de indenização (Loteamento do Corpo Humano), elaborada aleatoriamente pela FENASEG.

Parte do Judiciário pátrio, inclusive o TJRR, que não está se deixando influenciar pelo interesse dos grupos econômicos formados pelas seguradoras já vem se posicionando pela não aplicabilidade da tabela instituída pela lei nº 11.945/09, vejamos:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA E QUANTIFICADA. INDENIZAÇÃO FIXADA PROPORCIONALMENTE AO GRAU DA LESÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

1. Quantificar a indenização securitária relativa ao seguro DPVAT em razão do grau de invalidez do segurado fere o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil.



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

2. O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.

3. Recurso parcialmente provido Sentença reformada em parte.

(APC nº 0010.08.908440-3 - TJRR – Relatora: Juíza Convocada Elaine Bianchi, publicado no DPJ nº 4629 de 7/7/2011, pág 33/34).” (Grifos nossos)

“ENUNCIADOS Nº 26 DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.

Não se aplicará a tabela anexa da lei nº. 11.945/2009 porque infringe o princípio da Dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião do dia 31/08/09).” (Grifos nossos)

3.4 VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA AO PROMOVER O PARCELAMENTO DO CORPO HUMANO.

O ordenamento jurídico é um sistema destinado a proteger e resguardar não somente os direitos, mas também os valores norteadores da sociedade. Não é, por outra razão, que busca-se, envolver uma gama de preceitos com o escopo de proteger os direitos de personalidade e preservar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Os operadores do direito, notadamente aqueles que litigam na área do Seguro Obrigatório estão familiarizados – e escandalizados – com a forma pela qual a Seguradora Líder conduz um acordo nos “mutirões” de Seguro DPVAT.

Uma debilidade na clavícula, no braço, no pé, é um valor, pouco importando a extensão que a debilidade acarretou em sua vida profissional e pessoal. Enfim, trata-se de uma aplicação mecânica de uma legislação viciada, em que membros do corpo são quantificados e pagos pela seguradora, e muitas vezes contando com o apoio daqueles que deveriam afastar a referida legislação e fazer justiça.

Distante de qualquer senso de dignidade, a imposição do tabelamento do corpo humano como se cada parte tivesse um valor, afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, pois uma pessoa não pode ser rebaixada a um animal em um açougue, em que se atribui um valor a uma alcatra ou a um contra-filé.

A dignidade da pessoa humana não pode ser rebaixada a ponto de se permitir que a lei 11.945/09 – influenciada pelos *lobbies* das seguradoras – promova o loteamento do corpo humano, de forma mecânica, ausente de qualquer juízo de humanidade e dignidade, de forma fria, a ponto de comparar-nos a meros bovinos.



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

4. DO DANO MORAL

Indubitavelmente, na narração dos fatos inicialmente aludidos, percebe-se que houve culpa grave do Requerido que, injustificadamente, negou o pagamento do valor devido a Autora, causando-lhe sérios danos, já que teve o seu direito violado no momento em que mais encontrava-se debilitado e necessitando de auxílio.

Procurando proteger as pessoas das ações de natureza indesejáveis e reprovadas por todo ordenamento jurídico, dispôs os arts. 186 e 927, do Código Civil:

"Art 186.- Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

"Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo."

Assim Excelência, claras são as linhas jurídicas que destacam a responsabilidade do Requerido, devendo ele, deste modo, reparar todo o prejuízo e sofrimento causado ao autor.

A responsabilidade civil, instituto que tem suas raízes no princípio geral de direito enunciado como neminem laedere, impõe a todo aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem, sendo obrigado a reparar o dano.

Ao causar mencionado constrangimento a Autora, o Requerido transgrediu o direito à inviolabilidade da intimidade e vida privada, direito este consagrado na Constituição Federal que prevê:

"Art. 5º, inciso X – São invioláveis a intimidade, a vida privada e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

A descrição fática da questão revela o dano causado, configurando ato ilícito, descrito nos artigos 186 e 927, parágrafo único do Código Civil e do art. 5º, inciso X da Constituição Federal, devendo o ato ilícito que vitimou a Autora, ser indenizável a **TÍTULO DO DANO MORAL suportado.**

5 – DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

A jurisprudência já conta com expressivos acórdãos adotando a teoria do valor de desestímulos na reparação dos danos morais, sendo oportuna a transcrição de trecho do julgado inserto in **RJTRGS 164/312.**

"RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS.

Critérios para o arbitramento do dano moral: a) a

Rua Professor Diomedes, nº 66, Sala 2, Centro, Boa Vista – RR.

Fones: (95) 3623-1965 / 8122-0910 pzarocha@yahoo.com.br



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

reparação do dano moral tem natureza também punitiva, aflitiva para o ofensor, com o que tem a importante função, entre outros efeitos, de evitar que se repitam situações semelhantes.”

Convém ressaltar que, a indenização em dinheiro, na reparação de danos morais é meramente compensatória, isso porque, não se pode restituir a sua dignidade pelo constrangimento ocorrido.

Havendo ofensa moral, não se pode retornar ao estado anterior, posto que não se pode apagar a dor, a humilhação, portanto, a indenização em dinheiro tem apenas o condão de diminuir a angústia e passar para o ofendido a sensação de realização da justiça e, por outro lado, para o ofensor a aplicação da sanção pelo mal causado.

Nesse sentido, o ilustrado Clayton Reis, ensina:

“A fixação do montante indenizatório deve ser rigoroso, na medida em que esta postura contribuirá para reprimir a ação delituosa do ofensor. Aliás, é maneira adotada pelos países civilizados para penalizar de forma contundente aqueles que praticam atos ilícitos (In Dano Moral. 4ª Ed. P.97/98 – Rio de Janeiro: Forense, 1997).”

A idéia prevalecente na doutrina e jurisprudência pátria, por não existirem parâmetros legais fixados, é a do livre arbítrio do juiz, diante dos elementos contidos nos autos, a fixação do valor da indenização.

6. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Prescreve o art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, que:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

*..
VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive
com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo
civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação
ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras
ordinárias de experiências;*

No presente caso, resta evidente a condição de hipossuficiência do promovente em relação à promovida, a qual não honrou seu compromisso legal, em visível



Patrícia Alves Rocha

Advocacia e Consultoria Jurídica

ofensa ao direito do consumidor, impondo-se a inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência e, da prática processual cotidiana, como medida de Justiça.

7. DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer:

7.1 - A citação da Requerida, para que, querendo, responda aos termos desta ação, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia, conforme preceitua a legislação vigente;

7.2 - Que o pedido seja julgado totalmente PROCEDENTE, com a condenação da Ré ao pagamento da quantia de **R\$ 11.137,50(onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, acrescidos de correção monetária e juros legais, em razão do pagamento a menor do Seguro obrigatório DPVAT devido a Autora, bem como em quantia a ser arbitrada por V. Exa. a título de **danos morais**;

7.3 - A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor;

7.4 – A condenação da Requerida ao pagamento dos honorários advocatícios, estes, no patamar de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação, conforme preceitua a legislação vigente;

7.5 - Sejam concedidos os BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, ante a total condição de hipossuficiência do Requerente;

7.6 - Ainda, o JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, por se tratar de questão exclusivamente de direito, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC.

Protesta provar o alegado por todos os meios probatórios permitidos em Direito, especialmente, documental.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 11.137,50(onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Nestes Termos,

Pede e espera Deferimento.

Boa Vista – RR, de 20 de julho de 2012.

(assinatura digital)

Patrícia Alves Rocha

OAB/RR 484



Patrícia Alves Rocha
Advocacia e Consultoria Jurídica

PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

OUTORGANTE: EUGENE BREVES LUMELINO, Brasileira, Solteiro, Mecânico, portador do RG nº. 221.799 SSP/RR inscrito no CPF sob o nº. 744.719.962-15, residente e domiciliado na AV. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº. 4317-A. – Mecejana – Boa Vista – RR.

OUTORGADA: PATRIZIA APARECIDA ALVES ROCHA, brasileira, advogada inscrita na OAB/RR sob o n. 484, com escritório profissional localizado na Rua Professor Diomedes, n. 103, Centro, Boa Vista - RR.

Pelo presente instrumento particular de mandato e pela melhor forma de direito, o outorgante constitui e nomeia sua bastante procuradora a outorgada, para representá-lo em juízo, nesta Comarca e onde mais necessário for, mesmo extrajudicialmente, podendo usar dos poderes contidos na cláusula “ad judicium” e, mais os especiais de representá-lo em juízo, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromisso e, substabelecer com ou sem reservas de poderes.

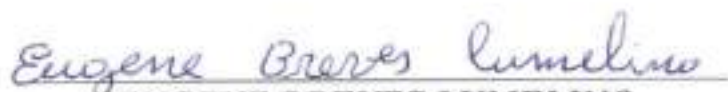
Boa Vista - RR, 23 de fevereiro de 2012.


EUGENE BREVES LUMELINO

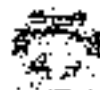
DECLARAÇÃO

EUGENE BREVES LUMELINO, brasileiro, Solteiro, Mecânico, RG: 221.799 SSP/RR, CPF nº. 744.719.962-15, residente e domiciliado na AV: Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 4317-A, Mecejana – Boa Vista – RR, Declaro para os devidos fins com fulcro nos art. 5º, inc.LXXIV da Constituição Federal, art. 4º da lei nº 1.060/50, art. 1º, inc. 2º da lei 5.478/68 e demais dispositivos legais pertinentes, que não tenho condições de pagar as custas e despesas processuais sem prejuízo de meu próprio sustento e de minha família.

Boa Vista – RR, 23 de fevereiro de 2012.


EUGENE BREVES LUMELINO
CPF: 744.719.962-15

26/07/2012: Recebimento. Arq: Docs. Assinado por:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO POLICIAL

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº

3002

Registrado em 11 de 10 de 2011

Boa Vista-RS, 30 de MAIO de 2011

SOLICITANTE: FERNANDO ALVES DA COSTA

COMITENTE: MARILANE BREVES LUMELINO

RG: 4009 SSP: 72

ENDEREÇO: RUA HESLOUIN, Nº 51

BAIRRO: BARRIO

CIDADE: CARACARA-RS

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

SEXO: FEM

NATURALIDADE: CARACARA

UF: RS

DATA DE NASCIMENTO: 18/07/1960

INSCRIÇÃO: 1552669

SUPERIOR COMPLETO

ESTADO CIVIL: CASADA

CELULAR: 9422912

ASSINADO POR: MARILANE BREVES DE CARVALHO

NOME: MARIANE LIVES DA ROCHA

Vem a esta delegacia para comunicar que as 01 h 00 min do dia 30 de MAIO de 2011 ao बारे

BR 174

ocorreu o seguinte fato:

Que seu filho EUGENE BREVES LUMELINO, se envolveu em acidente de trânsito na DR 174, em frente ao posto do Badi, na área urbana da cidade de Caracara-RS. Que Eugene dirigia sua motocicleta HONDA TITAN ES, com placa NAN-3667, em nome da comunicante. Que no momento Eugene encontra-se hospitalizado no trauma do HGR, e não consegue recordar o que aconteceu. Era o que tinha a comunicar.

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Acidente de trânsito

OBSERVAÇÃO:

O(A) COMUNICANTE ESTA INTIMADO(A) A COMPARECER A ESTA DELEGACIA PARA

ERISON DA SILVA BATISTA

Agente de Polícia Civil

MARILANE BREVES LUMELINO

Comunicante

AVISO 1 - SOLICITAMOS QUE CASO OBTENHA NOVAS INFORMAÇÕES QUE AJUDEM NAS INVESTIGAÇÕES, LIGUE PARA OS TELEFONES (51) 3036-2943/3036-2016 OU COMBATEÇA A DES.

RESERVADO PARA DESPACHO DA AUTORIDADE POLICIAL

- ☐ Fato Anísico (Arquivar); ☐ Indicar comunicante; ☐ Aguardar notificação agendada;
☐ OM ao SC, relatório em ... - APC; ☐ Aguardar novos fatos;
☐ Outra(s) providência(s):

Delegado(a) de Polícia

AUTENTICADO
 Este documento
 original que não foi apresentado em
 Boas Vista-RS, 31/05/2011
 ANTONIO CARLOS MONTENEGRO
 Delegado de Polícia Civil
 Matr. 04200355

Av. Mario Hutzler de Melo, 3645 - Burids - Boa Vista-RS



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA ESPECIALIZADA - DPE
DELEGACIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - DAT

"Amazônia: Patrimônio dos brasileiros"

**DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR DO
B.O Nº. 3002/2011/2ºDP**

O Sr. **EUGENE BREVES LUMELNO**, RG Nº. 221798 SSP/RR, CPF Nº. 744.719.962-15, residente na Rua Edmur Oliva nº. 58 — Centro - Caracarái. Vem a esta especializada para retificar o que segue:

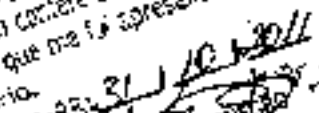
- Que a data correta do acidente é o dia 29/05/2011 às 22:00h.
- Que conduzia a motocicleta HONDA/CG150 TITAN MIX ES, placa NAN 7667/RR, Chassi 9C2KC1620AR030661, de propriedade de MARILENE BREVES LUMELINO.
- Era o relato.

Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2011.


ERIDÓ WALLACE BESSA ROCHA
Agente de Polícia Civil


EUGENE BREVES LUMELNO
Comunicante

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia contém o documento
original que me foi apresentado em
Cartório.
Boa Vista-RR, 31/10/2011


ERIDÓ WALLACE BESSA ROCHA
Agente de Polícia Civil
Mat. 042000056

26/07/2012: Recebimento. Arq: Docs. Assinado por:



SECRETARIA DE SAÚDE

GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

DATA DE ENTRADA			NÚMERO DE REGISTRO
MÊS	ANO	HORA	
29	05	11	23:56

01 IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
NOME			IDADE SEXO
GILBERTO RIBEIRO LOPES			34 ANOS M
RUA/AVENIDA		Nº	COMPLEMENTO
BAIRRO		MUNICÍPIO	ESTADO
FILIÇÃO		PAI	MÃE
			TELEFONE

02 DO ACIDENTE	RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/>	VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/>	TRABALHO <input type="checkbox"/>	TRÂNSITO <input type="checkbox"/>	RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/>
----------------	-------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------

03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA	TRANSPORTADO <input type="checkbox"/>	DE AMBULÂNCIA <input type="checkbox"/>	REMOVIDO <input type="checkbox"/>
-----------------------------	---------------------------------------	--	-----------------------------------

04 TIPO DE ACIDENTE	TRAUMÁTICO <input type="checkbox"/>	QUEIMADURA <input type="checkbox"/>	ENVENENAMENTO <input type="checkbox"/>	CHOQUE ELÉTRICO <input type="checkbox"/>	OUTROS (DESCREVER) <input type="checkbox"/>
---------------------	-------------------------------------	-------------------------------------	--	--	---

05 SE ACIDENTE DO TRABALHO, ESPECIFICAR	PROFISSÃO	OBSERVAÇÕES

06 DOENÇA OCUPACIONAL	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	QUAL (ESPECIFICAR)
-----------------------	------------------------------	------------------------------	--------------------

07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA	ESPECIALIDADE
	CLÍNICA

RESUMO CLÍNICO	Dor no Lombar direito, após queda de moto, mantendo-se em estado EPILEPTO
EXAME FÍSICO	Consciente, RG, PA 120x90 mmHg, Braço direito assimétrico, Lesão aberta no dorso da perna ① - 4 cm

EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO)	
---	--

RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO)	
---	--

DIAGNÓSTICO PROVÁVEL	DEFINITIVO
FRATURA DO UMBILICO P. F. H. 120x90 mmHg	

08 DESTINO DO PACIENTE	REMOVIDO PARA	INTERNOADO NO(A)
------------------------	---------------	------------------

ALTA <input type="checkbox"/>	RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO <input type="checkbox"/>	SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?
-------------------------------	--	---

DATA	RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	CARIMBO ASSINATURA DO MÉDICO
29/05/11	13073 CARACARÁ	

AUTENTICAÇÃO
 Esta cópia contém o documento original que foi apresentado em
 Caracará - RJ
 Rua Vista-Rua 31-10-2011
 UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA
 Escritório de Saúde Civil
 Mat. 020000035

CONFERE COM O ORIGINAL
 Cândia L. F. Cosme
 UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA
 003/2011

CONFERE COM O ORIGINAL
 CARIMBO ASSINATURA DO MÉDICO

PE5.01

PL5.01

Delegado (a) de Polícia Civil: Tandeles A. A. de Barros
Req Nº 2131/2011/DAT - Ref BO Nº 3002/2011/DAT

OBS.: Os profissionais abaixo designados pelo Diretor, prestam o solene compromisso de elaborar o laudo descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descreverem e observarem.

Limitação dos movimentos de flexão, rotação, adução e abdução de ombro direito devido a fratura terço superior do osso úmero direito : terço distal da clavícula direita.

- **Debilidade permanente**

1ª Há ofensa à integridade física ou a saúde? **SIM.**
2ª Qual o instrumento ou meio que a produziu? **CONTUNDENTE.**
3ª Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosão, asfixia, tortura ou por meio ináproprio ou cruel (resposta especificada)? **SIM ELEMENTOS.**
4ª Houve Perigo de vida? **NÃO.**
5ª Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? **SIM.**
6ª Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração de parto ou deformidade permanente? **SIM (DEBILIDADE PERMANENTE).**

SIM (DEBILIDADE PERMANENTE)

RECEIVED LEGISLATIVE COUNCIL

See also 2000-2001

Ana M. Garcia de Torres
Escriba de Policia Civil
Tel: 04200141

U.S.
At Veryman # 2069 @ 70-10-10
Tel 7921 2403 G&P - 212 Jarry Duplo
COP 69 210270 - Boxville Rd

Processos de DPVAT - Data: 23/02/2012

De: **SALEK REGULADORA** (alexandre.almeida@salek.com.br)

Enviada: quinta-feira, 23 de fevereiro de 2012 10:03:23

Para: referencialsegurosrr1@hotmail.com

Informamos abaixo a relação de processos que sofreram movimentações durante o dia 23/02/2012, ficamos a disposição para qualquer esclarecimento.

REFERENCIAL SEGUROS

Situação: Processo liberado o pagamento

Nome	Tipo de Processo	Código interno	Número do Megadata	Indenização
EUGENE BREVES LUMELINO	INVALIDEZ	350690	2011/443492	Data crédito: 22/02/2012 - R\$ 2.362,50 >> EUGENE BREVES LUMELINO Crédito - Banco: 001 Ag: 01036-7 CP: 000010015329-1
LUIZ CARLOS ANTONIO DE MATOS	INVALIDEZ	367197	2012/057720	Data crédito: 24/02/2012 - R\$ 2.362,50 >> LUIZ CARLOS ANTONIO DE MATOS Crédito - Banco: 237 Ag: 00522-3 CC: 000000546117-0

Entre em nosso site www.centauroseg.com.br e acesse DPVAT ON LINE, faça sua consulta individual, citando o código do processo e a data de nascimento da vítima e acompanhe o seu processo em tempo REAL!!!

26/07/2012: Recebimento. Arq: Docs. Assinado por:

SICRIS - SISTEMA DE INFORMAÇÕES CARCERÁRIAS
24/02/2012 - AUTO-ATENDIMENTO 17.08.12

SAÍDO DE PRISÃO POR SUMÍSSÃO DE PRECATORIO

PRISÃO: 0036-7 DATA: 15.02.12
DETENTOR: EUGENIO EMEYES JUMELINO

VAR. 08	SALDO ATUAL	VALOR LIQUIDADO
001 --	2.413,70	0,00

PRISÃO QUOTIDIANA E PRECATORIO POR INADIMPLEMENTO
CONCORDADO.

PMRR - BPM

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

SÉRIE J

Vr	SUCR	Data	Sigla	Nº Insc	Nº	CHS	HR
405	CP	09/05/11	CCS	—	00:01	00:05	03:20
Cod. De	Cod. Prog	Cod. Gar. Presc	Nº	Nº			
1003	0000	—	—	76024			

LOCAL DE OCORRÊNCIA

Dr. ZANNY COM BR 474.03702 - STA LUCIA DO RIO

PERSONAS RELACIONADAS

ENVIADO JCS DATA 30-11-2010 36 ANOS E CM CASPA

ENVIADO RONILDO RODRIGUES MORA 73 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ENVIADO EUGENE EZEQUEL CAMELINO 32 ANOS E CM CASPA

ASSINATURA: [Assinatura] Cargo: AGT POL Local: 10/05/11

DESCRIÇÃO: FOMOS APROXIMAR-SE DA 190 PARA ATENDER

UMA PESSOAS NO LUGAR MINHA RECETO NO LUGAR

DEPOIS DO INFERNOU SAIR UMA MOTOCICLETA

DE FRENTE A LUGAR DO COLIDIO INCRANUL PARA DIO

COM O LUGAR DO COLIDIO HIA EM UM LUGAR PARA 2016

DE BOTA LUGAR E COM A LUGAR DO COLIDIO PARA 2513 DE BOTA

AMARCAO O PARA CHUVE LA CONTINUA E O PARA LUGAR ECHIRO


DO LUGAR DO STEAN (2) E (3) ELLAM A AUTO MES PEO SE SASE

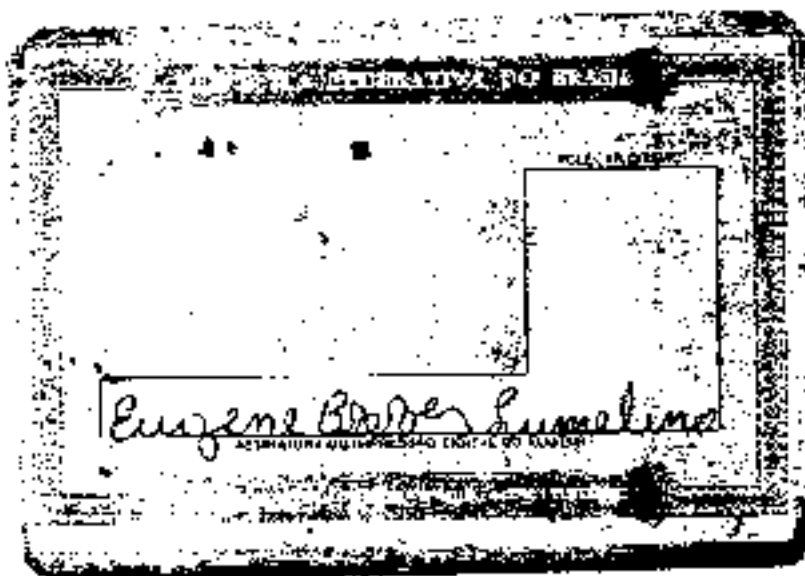
ATUO A MOTOCICLETA DE PARA DESCONHECIDA STEAN (2) E (3)

BO HOSPITAL APARECIDA HOSPITALS DEL CADA SUTAMENTE O CADA

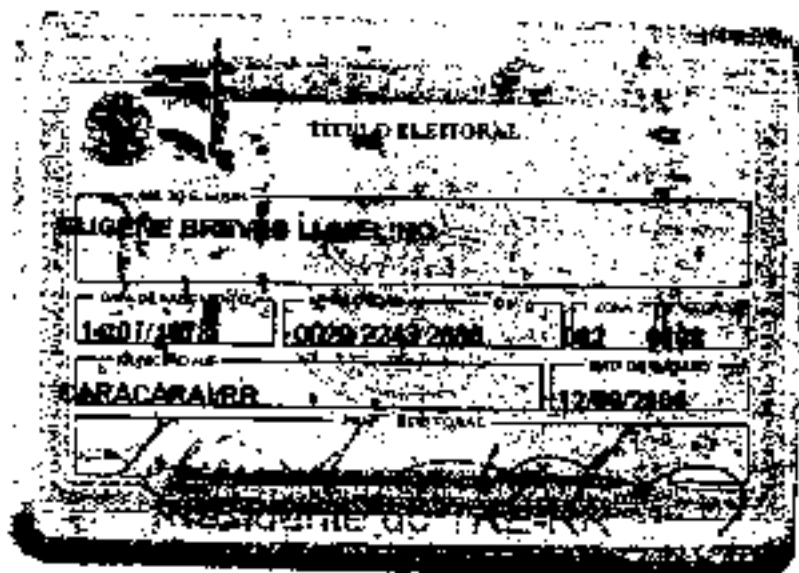
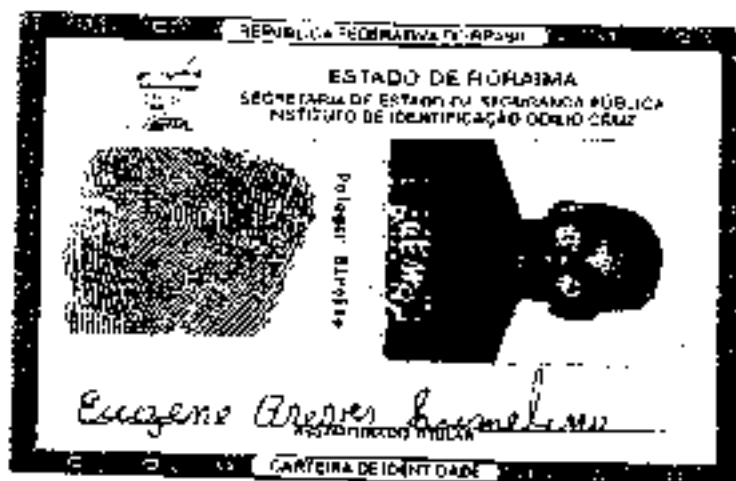
DE FRENTE A LUGAR DO COLIDIO DO LUGAR DO COLIDIO

26/07/2012: Recebimento. Arq: Docs. Assinado por:

VALIDA EM TODA O TERRITÓRIO NACIONAL		
REGISTRO GERAL	221799	DATA DE EXPIRAÇÃO 09/10/2004
NOME EUGENIO BREVES LUMELINO		
PARENTES FRANCIS LUMELINO		
CARTEIRA DE IDENTIDADE		
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO	
MANAUS - AM	14/07/1978	
DOC. QUEM CERTO NASC 5 303 FLS 151-V LEY N-7		
MANAUS - AM		
748.719.952-15		
7 VIZ		
 Sistema Integrado de Matrícula Diretoria de Educação do MEC Nº 117 418 DE 2000/03		
Nº 117 418 DE 2000/03		



26/07/2012: Recebimento. Arq: Docs. Assinado por:





TERMO DE AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO

Processo nº 0715890-72.2012.823.0010 – Ação de Cobrança PROJUDI
Autor: Eugene Breves Lumelino
Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A

Em 15 de agosto de 2012 na sala de audiências da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, no Edifício do Fórum Sobral Pinto, sob a presidência do Meritíssimo Juiz de Direito, Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti, foi aberta, às 17:40 horas, a audiência de conciliação referente ao processo e às partes acima identificados (Mutirão de Conciliação DPVAT – Portaria nº. 01/2012, de 25/06/2012). Presentes a parte autora, Sr. Eugene Breves Lumelino, acompanhado por seu advogado, Dra. Patrícia Aparecida Alves da Rocha (OAB/RR 484), e os prepostos da parte ré, Sr. Paulo Leite de Farias Filho (RG nº 10061540-0) e Sr. Anderson Arruda Alves da Silva (RG nº 12709318-5), acompanhados de seu advogado, Dr. Álvaro Luiz da C. Fernandes (OAB/AC 3592A). Aberta a audiência, foi apresentado o laudo relativo à perícia a qual a parte autora foi submetida nesta data, no qual consta a seguinte conclusão: incapacidade do braço direito em grau intenso e do pé direito em grau leve. A parte ré apresentou proposta de acordo nos seguintes termos: como já houve pagamento administrativo no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) a ré se propõe a pagar, no prazo de trinta dias úteis a contar da homologação, o valor de R\$ 6.412,50 (seis mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos) a título de complementação da indenização DPVAT. As custas finais serão pagas pela ré. A ré pagará, no mesmo prazo, honorários advocatícios no valor de R\$ 961,87 referente a 15% do valor do acordo. As partes renunciaram ao direito de recorrer. O autor concordou com a proposta de conciliação e as partes pediram a homologação do acordo. O M.M. Juiz proferiu a seguinte sentença: "As partes submetem à apreciação deste Juízo o acordo acima descrito, que apresenta consonância com os ditames legais e constitucionais, razão pela qual o homologo por sentença, para que gere os devidos efeitos. Custas e honorários na forma do acordo. Arbitro os honorários periciais em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), devendo os mesmos serem pagos no mesmo prazo estabelecido no acordo. Sentença publicada em audiência, com imediato trânsito em julgado. Feito o depósito, expeçam-se os alvarás de levantamento do principal e dos honorários do advogado e do perito." Nada mais havendo, mandou o M.M. Juiz encerrar o presente termo, que vai por todos assinado, e que eu, Natasha Cauper Ruiz, digitei.

Eugene

[Assinatura]



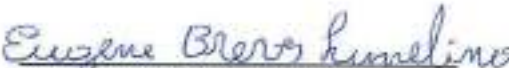
ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL

TERMO DE AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO

Processo nº 0715890-72.2012.8.23.0010 – Ação de Cobrança PROJUDI
Autor: Eugene Breves Lumelino
Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A


Relação dos presentes na audiência realizada no dia 15/08/2012 às 17:40h.



M.M. JUIZ


Eugene Breves Lumelino
Parte Autora


Patrícia Aparecida Alves da Rocha
Advogado Parte Autora


Paulo Leite de Farias Filho
Preposto Parte Ré


Álvaro Luiz da C. Fernandes
Advogado Parte Ré


Anderson Arruda Alves da Silva
Preposto Parte Ré

0715890-72.2012.8.23.0010

15/08
às 17:40**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/9/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da VítimaNome completo: Eugenio Brenes LumelinoCPF: 724.312.282-15

Endereço completo: _____

Informações do acidenteLocal: BR 174Data do Acidente: 30/05/11**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 5ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Boa Vista - (RR).

Local, data.

Eugenio Brenes Lumelino
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

Declaro a ausência

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
- ☒ Não.

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total
(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
- b) ☒ Parcial
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Brachio D

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2ª Lesão

PE D

☐ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

BEV 15.8.12

Assinatura do médico - CRM

[Assinatura]

Dr. Rogério L. M. de Almeida
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM 15.8.12

Dr. Sérgio A. S. de Almeida
Médico
CRM 15.8.12

04/10/2012: Petição. Arq: Petição. Assinado por:



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0715890-72.2012.8.23.0010

Autor: EUGENE BREVES LUMELINO

Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT,**

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, para informar o cumprimento do acordo, requerendo a juntada dos comprovantes de depósito no valor de R\$ 7.374,37 (sete mil e trezentos e setenta e quatro reais e trinta e sete centavos), correspondente ao montante devido ao autor e ao seu procurador; e de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente aos honorários periciais.

As custas processuais finais, caso existentes, ficarão a encargo da Requerida, que providenciará o pagamento diretamente no cartório.

Por fim, se requer que doravante as intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, 3592/AC.

*Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 28 de setembro de 2012.*

Alvaro Luiz Fernandes
OAB/AC 3592

Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC 800



04/10/2012: Petição. Arq: Petição. Assinado por:



04/10/2012: Petição. Arq: Petição. Assinado por:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
 GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
 Autor: EUGENE BREVES LUMELINO
 Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS C
 BOA VISTA - 5 VARA CIVEL
 Processo: 7158907220128230010 - ID 081210000000144664
 ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
 para efetivação do depósito.
 ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
 para efetivação do depósito.

27/08/2012 - BANCO DO BRASIL - 15:33:23
 837418242 8232

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000098161078800036194548180855590000015000
 NOSSO NUMERO 16107880036194548
 CONVENIO 81610788
 SISTEMA D.D. - DEPÓSITO JUDICIAL 2234/99747159
 AGENCIA/COD. CEDENTE 26/12/2012
 DATA DE VENCIMENTO 27/08/2012
 DATA DO PAGAMENTO 150,00
 VALOR DO DOCUMENTO 150,00
 VALOR COBRADO
 DADOS CHEQUE: 001 001 1769 806.440.002 589.812

NR. AUTENTICAÇÃO 3,031.E2C.87D.5FD.816
 LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
 ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	26/12/2012	150,00
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autorização Mecânica
2234 / 99747159-0	16107880036194548	

04/10/2012: Petição. Arq: Petição. Assinado por:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
Autor: EUGENE BREVES LUMELINO
Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS C
BOA VISTA - 5 VARA CIVEL

Processo: 07158907220128230010 - ID 081210000000144656

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.

27/09/2012 - BANCO DO BRASIL - 15:17:28
837418234 0532

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800036194542183755590000737437
NOSSO NUMERO 16107880036194542
CONVENIO 01610788
SISTEMA OJD - DEPOSITO JUDICIAL
AGENCIA/COO, CEDENTE 2234/99747159
DATA DE VENCIMENTO 26/12/2012
DATA DO PAGAMENTO 27/09/2012
VALOR DO DOCUMENTO 7.374,37
VALOR COBRADO 7.374,37
DADOS CHEQUE: 001 001 1769 3486.440.882 589.877

NR.AUTENTICACAO 8.082.EEB.CE4.EAA.600
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	26/12/2012	7.374,37
Agência / Código do Cedente	Nosso Numero	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-0	16107880036194542	

R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-206
Tel 21 3841-1400
www.seguradora Lider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.552.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ALVARO LUIZ FERNANDES**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3592, **FLORINDO SILVESTRE POERSCH**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 800, **LEONARDO COSTA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3.584; com escritório na Rua Jardim Primavera nº 207, Conjunto Jardim Manoel Julião, bairro Vila Ivonele, Rio Branco, Acre - 69.914.405, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS**, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser

04/10/2012: Petição. Arq: Petição. Assinado por:

R. Senador Dantas 74, 5º andar
 Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
 Tel 21 3841-1600
 www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-B, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2011

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

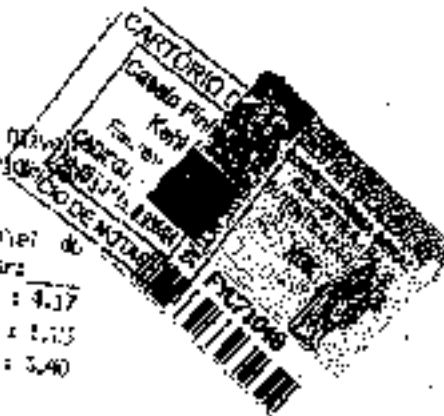
Ata de Reunião de Trabalho - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira
 Rua do Carmo, 65 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205 - Recombro
 por assinatura dos tabeliães MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO
 BARBOSA NORTON
 Data: 14/06/2011
 Hora: 14h00min, 14 de junho de 2011. Cont. por
 a testemunha

Primeira Testemunha: [Assinatura]



Ata de Reunião de Trabalho - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira
 Rua do Carmo, 65 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205 - Recombro
 por assinatura dos tabeliães MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO
 BARBOSA NORTON
 Data: 14/06/2011
 Hora: 14h00min, 14 de junho de 2011. Cont. por
 a testemunha

Serventia	= 4,17
70% Alienação	= 1,15
Total	= 5,32



1997. 1998. 1999. 2000. 2001. 2002. 2003. 2004. 2005. 2006. 2007. 2008. 2009. 2010. 2011. 2012. 2013. 2014. 2015. 2016. 2017. 2018. 2019. 2020. 2021. 2022. 2023. 2024. 2025. 2026. 2027. 2028. 2029. 2030. 2031. 2032. 2033. 2034. 2035. 2036. 2037. 2038. 2039. 2040. 2041. 2042. 2043. 2044. 2045. 2046. 2047. 2048. 2049. 2050. 2051. 2052. 2053. 2054. 2055. 2056. 2057. 2058. 2059. 2060. 2061. 2062. 2063. 2064. 2065. 2066. 2067. 2068. 2069. 2070. 2071. 2072. 2073. 2074. 2075. 2076. 2077. 2078. 2079. 2080. 2081. 2082. 2083. 2084. 2085. 2086. 2087. 2088. 2089. 2090. 2091. 2092. 2093. 2094. 2095. 2096. 2097. 2098. 2099. 2100. 2101. 2102. 2103. 2104. 2105. 2106. 2107. 2108. 2109. 2110. 2111. 2112. 2113. 2114. 2115. 2116. 2117. 2118. 2119. 2120. 2121. 2122. 2123. 2124. 2125. 2126. 2127. 2128. 2129. 2130. 2131. 2132. 2133. 2134. 2135. 2136. 2137. 2138. 2139. 2140. 2141. 2142. 2143. 2144. 2145. 2146. 2147. 2148. 2149. 2150. 2151. 2152. 2153. 2154. 2155. 2156. 2157. 2158. 2159. 2160. 2161. 2162. 2163. 2164. 2165. 2166. 2167. 2168. 2169. 2170. 2171. 2172. 2173. 2174. 2175. 2176. 2177. 2178. 2179. 2180. 2181. 2182. 2183. 2184. 2185. 2186. 2187. 2188. 2189. 2190. 2191. 2192. 2193. 2194. 2195. 2196. 2197. 2198. 2199. 2200. 2201. 2202. 2203. 2204. 2205. 2206. 2207. 2208. 2209. 2210. 2211. 2212. 2213. 2214. 2215. 2216. 2217. 2218. 2219. 2220. 2221. 2222. 2223. 2224. 2225. 2226. 2227. 2228. 2229. 2230. 2231. 2232. 2233. 2234. 2235. 2236. 2237. 2238. 2239. 2240. 2241. 2242. 2243. 2244. 2245. 2246. 2247. 2248. 2249. 2250. 2251. 2252. 2253. 2254. 2255. 2256. 2257. 2258. 2259. 2260. 2261. 2262. 2263. 2264. 2265. 2266. 2267. 2268. 2269. 2270. 2271. 2272. 2273. 2274. 2275. 2276. 2277. 2278. 2279. 2280. 2281. 2282. 2283. 2284. 2285. 2286. 2287. 2288. 2289. 2290. 2291. 2292. 2293. 2294. 2295. 2296. 2297. 2298. 2299. 2300. 2301. 2302. 2303. 2304. 2305. 2306. 2307. 2308. 2309. 2310. 2311. 2312. 2313. 2314. 2315. 2316. 2317. 2318. 2319. 2320. 2321. 2322. 2323. 2324. 2325. 2326. 2327. 2328. 2329. 2330. 2331. 2332. 2333. 2334. 2335. 2336. 2337. 2338. 2339. 2340. 2341. 2342. 2343. 2344. 2345. 2346. 2347. 2348. 2349. 2350. 2351. 2352. 2353. 2354. 2355. 2356. 2357. 2358. 2359. 2360. 2361. 2362. 2363. 2364. 2365. 2366. 2367. 2368. 2369. 2370. 2371. 2372. 2373. 2374. 2375. 2376. 2377. 2378. 2379. 2380. 2381. 2382. 2383. 2384. 2385. 2386. 2387. 2388. 2389. 2390. 2391. 2392. 2393. 2394. 2395. 2396. 2397. 2398. 2399. 2400. 2401. 2402. 2403. 2404. 2405. 2406. 2407. 2408. 2409. 2410. 2411. 2412. 2413. 2414. 2415. 2416. 2417. 2418. 2419. 2420. 2421. 2422. 2423. 2424. 2425. 2426. 2427. 2428. 2429. 2430. 2431. 2432. 2433. 2434. 2435. 2436. 2437. 2438. 2439. 2440. 2441. 2442. 2443. 2444. 2445. 2446. 2447. 2448. 2449. 2450. 2451. 2452. 2453. 2454. 2455. 2456. 2457. 2458. 2459. 2460. 2461. 2462. 2463. 2464. 2465. 2466. 2467. 2468. 2469. 2470. 2471. 2472. 2473. 2474. 2475. 2476. 2477. 2478. 2479. 2480. 2481. 2482. 2483. 2484. 2485. 2486. 2487. 2488. 2489. 2490. 2491. 2492. 2493. 2494. 2495. 2496. 2497. 2498. 2499. 2500. 2501. 2502. 2503. 2504. 2505. 2506. 2507. 2508. 2509. 2510. 2511. 2512. 2513. 2514. 2515. 2516. 2517. 2518. 2519. 2520. 2521. 2522. 2523. 2524. 2525. 2526. 2527. 2528. 2529. 2530. 2531. 2532. 2533. 2534. 2535. 2536. 2537. 2538. 2539. 2540. 2541. 2542. 2543. 2544. 2545. 2546. 2547. 2548. 2549. 2550. 2551. 2552. 2553. 2554. 2555. 2556. 2557. 2558. 2559. 2560. 2561. 2562. 2563. 2564. 2565. 2566. 2567. 2568. 2569. 2570. 2571. 2572. 2573. 2574. 2575. 2576. 2577. 2578. 2579. 2580. 2581. 2582. 2583. 2584. 2585. 2586. 2587. 2588. 2589. 2590. 2591. 2592. 2593. 2594. 2595. 2596. 2597. 2598. 2599. 2600. 2601. 2602. 2603. 2604. 2605. 2606. 2607. 2608. 2609. 2610. 2611. 2612. 2613. 2614. 2615. 2616. 2617. 2618. 2619. 2620. 2621. 2622. 2623. 2624. 2625. 2626. 2627. 2628. 2629. 2630. 2631. 2632. 2633. 2634. 2635. 2636. 2637. 2638. 2639. 2640. 2641. 2642. 2643. 2644. 2645. 2646. 2647. 2648. 2649. 2650. 2651. 2652. 2653. 2654. 2655. 2656. 2657. 2658. 2659. 2660. 2661. 2662. 2663. 2664. 2665. 2666. 2667. 2668. 2669. 2670. 2671. 2672. 2673. 2674. 2675. 2676. 2677. 2678.

Parte V - Publicações e Pedido

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

[illegible]

D.O. DIÁRIO OFICIAL
de Estado de São Paulo

РУССКОЕ И РУНО

FD-302 (Rev. 11-27-70) 3

[illegible]

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

| DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE | | | |
|--|--|---|---|
| NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
<i>Seguro da Líder dos Empregados do Seguro OUVAT S/A</i> | | | |
| ENDEREÇO / ADRESSE | | | |
| CEP / CODE POSTAL
<i>20031-205</i> | CIDADE / LOCALITE
<i>Rio de Janeiro</i> | UF
<i>RJ</i> | PAÍS / PAYS
<i>Brazi</i> |
| DECLARAÇÃO DE CONTÉUDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION
<i>Carta de Retenção Antecipada - 59 V. Cível
Proc. 0715890-72.2012.8.23.0010</i> | | NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
<input type="checkbox"/> EMS
<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR | | DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
<i>28 AGO 2012</i> | CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
<i>29 AGO 2012</i> |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR
<i>NATALIE EVELINE DOS S. SOUZA</i>
<i>RG: 2.552.487-9</i> | | RUBRICADO DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
<i>R. JUNIOR</i>
<i>8956-5347</i> | |
| Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR | | ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO | |

75240203-0

#C0463 / 16

114 x 160 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

RQ 95487898 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME DO RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RASON SOCIAL DE L'EXPEDITEUR

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
Praça do Centro Cívico S/N - Centro
CEP 50.301-900 - Boa Vista - RR



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL- PROJUDI

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO (PRAZO DE 20 DIAS)

Proc. nº 0715890-72.2012.823.0010

Autor: EUGENE BREVES LUMELINO.

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.



O Dr. Erasmo Hallysson S. de Campos, MM. Juiz de Direito respondendo por esta 5ª Vara Cível, Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

POR ESTE ALVARÁ, indo devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi requerido nos autos do processo supracitado, concede a necessária autorização para liberar para o(a) perito(a) judicial, **Dr. ROGÉRIO LEONARDO DE PAULA DIAS - CPF nº 667.859.952-72**, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência Boa Vista, o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), com rendimentos devidos, depositados nos autos do processo acima, conforme evento 16 (cópia anexa).

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, 27 de novembro de 2012.

[Assinatura]
Juiz Erasmo Hallysson S. de Campos
Respondendo pela 5ª Vara Cível



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL- PROJUDI

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO (PRAZO DE 20 DIAS)



Proc. nº 0715890-72.2012.823.0010

Autor: EUGENE BREVES LUMELINO.

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

O Dr. Erasmo Hallysson S. de Campos, MM. Juiz de Direito respondendo por esta 5ª Vara Cível, Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

POR ESTE ALVARÁ, Indo devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi requerido nos autos do processo supracitado, concede a necessária autorização para liberar para a parte autora, EUGENE BREVES LUMELINO, CPF: 744.719.962-15, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência Boa Vista, o valor de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), com rendimentos devidos, depositados nos autos do processo acima, conforme evento 16 (cópia anexa).

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Boa Vista, 27 de novembro de 2012.

Juiz Erasmo Hallysson S. de Campos
Respondendo pela 5ª Vara Cível

Recd em
03/12/2012
João R 489



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL- PROJUDI

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO (PRAZO DE 20 DIAS)



Proc. nº 0715890-72.2012.823.0010

Autor: EUGENE BREVES LUMELINO.

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

O Dr. Erasmo Hallysson S. de Campos, MM. Juiz de Direito, respondendo por esta 5ª Vara Cível, Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais.

POR ESTE ALVARÁ, indo devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi requerido nos autos do processo supracitado, concede a necessária autorização para liberar para o(a) advogado(a) da parte autora, Dra. PATRIZIA APARECIDA ALVES DA ROCHA, OAB/RR Nº 484, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência Boa Vista, o valor de R\$ 981,87 (novecentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos), com rendimentos devidos, depositados nos autos do processo acima, conforme evento 16 (cópia anexa).

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, 27 de novembro de 2012.

Juiz Erasmo Hallysson S. de Campos
Respondendo pela 5ª Vara Cível

Recebido em
02/12/2012
Assinado por
OAB RR 484

[Illegible handwritten signature]

28/01/2013: Recebimento. Arq: Cálculos. Assinado por:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONTADORIA DO FÓRUMContadoria
Folha nº
_____**PLANILHAS DE CÁLCULOS****AÇÃO: EXECUÇÃO****AUTOS Nº 7158907220128230010****VALOR DA CAUSA : 11.137,50****CUSTAS: FINAIS**

| | |
|---------------------------|-------------------|
| ESCRIVANIA: CUSTAS | R\$ 249,15 |
| TAXA JUDICIÁRIA: | |
| OUTRAS DESPESAS | R\$ - |

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| TOTAL GERAL DAS CUSTAS | R\$ 249,15 |
|-------------------------------|-------------------|

Boa Vista - RR, 28 de janeiro de 2013.**LÍVIA DE OLIVEIRA CRUZ****ESTAGIARIA**

27/03/2013: Petição. Arq: Petição. Assinado por:



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0715890-72.2012.8.23.0010

Requerente: EUGENE BREVES LUMELINO

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para informar o pagamento das custas finais, requerendo a juntada do comprovante de depósito no valor de R\$ 249,15 (duzentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), correspondente ao montante devido.

**Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 27 de março de 2013.**

**Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800**

**Alvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/AC nº 3592**



27/03/2013: Petição. Arq: Petição. Assinado por:

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|-------------------------------------|--|---|---|---|--|--|--|----------------------------------|--|
|  | | | | | | 86670000002-3 49150574106-7 02013032900-4 10130005045-3 | | | | | | |
| GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA | | | | | | | | | | | | |
| Órgão:
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA | | | CNPJ:
05.741.060/0001-89 | | Agência:
3797-4 | | Conta:
51669-4 | | Valor do Documento:
R\$ 249,15 | | Vencimento:
29/03/2013 | |
| Comarca:
BOA VISTA | | | Nº G.A.J.:
010.13.0005045 | | Valor da Causa:
R\$ 11.137.50 | | Processo:
0715890-72.2012.8.23.0010 | | | | | |
| Contribuinte:
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | | | | | | | | CPF/CNPJ:
09.248.608/0001-04 | | | |
|  | | | | | | | | | | | | |
| Autenticação Mecânica | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|-------------------------------------|--|---|---|---|--|--|--------------------------------|----------------------------------|--|
|  | | | | | | 86670000002-3 49150574106-7 02013032900-4 10130005045-3 | | | | | | |
| GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA | | | | | | | | | | | | |
| Órgão:
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA | | | CNPJ:
05.741.060/0001-89 | | Agência:
3797-4 | | Conta:
51669-4 | | Valor do Documento:
R\$ 249,15 | | Vencimento:
29/03/2013 | |
| Comarca:
BOA VISTA | | | Nº G.A.J.:
010.13.0005045 | | Valor da Causa:
R\$ 11.137.50 | | Processo:
0715890-72.2012.8.23.0010 | | | | | |
| Contribuinte:
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | | | | | | | | CPF/CNPJ:
09.248.608/0001-04 | | | |
| Descrição das receitas
01. CUSTAS FINAIS | | | | | | | | | | Valor R\$
R\$ 249,15 | | |
| OBS.:
PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL | | | | | | | | | | R\$ 249,15 | | |
|  | | | | | | | | | | | | |
| Autenticação Mecânica | | | | | | | | | | | | |

27/03/2013: Petição. Arq: Petição. Assinado por:

**Outros convênios**A33J221411509693032
22/03/2013 14:33:15

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
22/03/2013 - AUTO-ATENDIMENTO - 14.33.13
5790805790

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: POERSCH E ADVOGADOS ASSOC
AGENCIA: 5790-8 CONTA: 270.757-8
EFETUADO POR: C FRIEDRICH NT
=====

| | |
|------------------------------------|-----------------------------|
| Convenio FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD | |
| Codigo de Barras | 86670000002-3 49150574106-7 |
| | 02013032900-4 10130005045-3 |
| Data do pagamento | 22/03/2013 |
| Valor Total | 249,15 |

=====

DOCUMENTO: 032226
AUTENTICACAO SISBB:
A.E40.41A.E90.5A1.7F5

Transação efetuada com sucesso por: J6957950 CHARLES FRIEDRICH NETO.